



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 01/2020

Data da Sessão Ordinária

28 de Fevereiro de 2020

Início

20:30 horas

Termo

23:12 horas

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo um, de doze de fevereiro de dois mil e vinte. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Senhora Deputada Carla Alexandra Pereira Silvério (PS), segunda secretária da Mesa da Assembleia Municipal não podia estar presente por motivos de doença, pelo que convidou para ocupar o lugar a Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira (PS).-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu posse ao Senhor José Joaquim Moura Marques dos Santos, como Deputado da Assembleia Municipal da bancada da CDU, ocupando o lugar do Deputado Municipal António Manuel dos Santos Mendes (CDU) por renúncia do cargo.-----

Nesta sessão compareceram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Margarida de Oliveira Varino, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Luís Manuel Marques Rodrigues e, os seguintes Presidentes de Juntas de Freguesia; José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luisa Cartaxo Manique e José Manuel Ricardo. -----

A Senhora Deputada Municipal Carla Alexandra Pereira Silvério (PS) apresentou justificação para a falta.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Louro Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo e Sónia Cristina Marques Varino. Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, Técnico de Informática no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Filipa Alexandra Rosa Amante

Ferreira.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

Em seguida iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezanove, até ao presente dia e, informou que existiam duas Atas para analisar e colocar a aprovação. Ata número cinco de vinte e cinco de setembro de dois mil e dezanove e Ata número seis de vinte e dois de novembro de dois mil e dezanove.-----

Relativamente à Ata número cinco, de vinte e cinco de setembro questionou as Senhoras e os Senhores Deputadas Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia, se tinham alguma correção a fazer.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), para referir que na página dois, ou não se tinha expressado convenientemente na altura ou, a frase não estava correta. A sua intervenção tinha a ver com a clarificação da justificação que o Senhor Presidente da Câmara tinha dado relativamente aos critérios utilizados e aplicados nos recursos financeiros atribuídos às Juntas de Freguesia. Disse já ter questionado este assunto numa Assembleia anterior e constatava que a correção não tinha sido feita. O que pretendia era ver corrigida essa omissão na resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal que, de acordo com o que ouviu, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que a atribuição daqueles montantes e em particular à Freguesia de Montalvo era uma forma de compensar aquela Freguesia, porque, o valor transferido do Orçamento de Estado era inferior ao de Santa Margarida e, isso não estava plasmado na Ata.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu referindo que iria ouvir mais uma vez a gravação e se fosse como o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos dizia, a correção seria feita, pedindo-lhe inclusivamente por escrito a correção pretendida.-----

Analisada a gravação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no ponto referido pelo Senhor Deputado Joaquim José Moura Marques dos Santos, tratando-se de redação em Ata, verificou a Mesa da Assembleia, não existirem discrepâncias de conteúdo entre o transcrito e o referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Ficou decidido que seria entregue cópia da transcrição ao Senhor Deputado Joaquim José Moura Marques dos Santos, para os fins que entendesse por convenientes.-----

Handwritten signature and initials in blue ink.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que relativamente à Ata em questão, a mesma não deveria ser aprovada porque na página doze no ponto dois, análise, discussão e eventual aprovação da proposta política fiscal para dois mil e vinte – IMI, Derrama, IRS e TMDP, não estava transcrita a proposta da Câmara, nem referia os valores aprovados. A única coisa que referia era que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha colocado o ponto a votação e o mesmo tinha sido aprovado por unanimidade.-----

A mesa da Assembleia Municipal aceitou a proposta para que os valores fossem transcritos na Ata. Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) para referir que não era uma questão de falta de confiança no Senhor Presidente da Assembleia Municipal mas sim, uma correção que gostava de ver corrigida, e, se não tivesse implicações, propunha a sua análise e aprovação para a próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), para referir que só tinha existido e aprovado uma única proposta, não tendo havido propostas alternativas no Executivo. O problema ficaria resolvido, anexando a proposta do Executivo na Ata, pelo que se poderia fazer a votação. Em propostas únicas não existiam dúvidas.-----

Ouvidas as diferentes bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal com a concordância dos restantes elementos da Mesa da Assembleia Municipal, decidiu retirar a Ata em análise para correção e reapreciação na próxima Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou para análise a Ata número seis, de vinte e dois de novembro de dois mil e dezanove.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), para fazer uma apreciação global da Ata, referindo que embora as Atas apenas referissem um resumo daquilo que se passava nas reuniões, esse resumo deveria ser claro. Reconheceu que não era tarefa fácil fazer Atas a partir de gravações, apelando a que houvesse mais cuidado nas suas elaborações, dando inclusive alguns exemplos. Questionou se as Moções apresentadas pelas diferentes bancadas passariam a ser numeradas, uma vez que na Ata em apreço existiam Moções numeradas. Sugeriu que quando se utilizassem siglas, a primeira vez que surgissem nas Atas deveriam ser apresentadas por extenso. Questionou a razão de não lhe terem sido enviadas respostas a algumas questões que na altura, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não estava em condições de responder e as fazia chegar via e-mail.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra referiu ter tomado boa

[Handwritten signatures and initials]
faccat

nota das correções sugeridas e que as mesmas seriam corrigidas. Relativamente às respostas que o Senhor Presidente tinha ficado de enviar, as mesmas tinham sido enviadas. Era do seu conhecimento esse envio uma vez que tinha sido ele quem as tinha reencaminhado, a não ser que tivesse havido algum extravio. Em relação à numeração das Moções, informou que não existia qualquer numeração para as Moções, tratava-se de uma incorreção que seria corrigida.-----

Com as devidas correções efetuadas na Ata número seis, de vinte e dois de novembro de dois mil e dezanove, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao período da Ordem do dia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu autorização para fazer a introdução de dois pontos na Ordem de Trabalhos antes da sua aprovação, apresentando as razões para esta alteração.-----

Os pontos introduzidos foram os seguintes:-----

- Análise, discussão e eventual aprovação da Moção apresentada e votada por unanimidade na CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) para que seja realizada a recolha de estudos para a implementação de um Aeroporto Regional no atual Aeródromo de Tancos.-----

- Análise discussão e eventual aprovação no Reconhecimento de Interesse Público Municipal do Projeto de Alteração, Conservação e Ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Constância.-----

Colocada a votação da introdução do primeiro ponto, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

Colocada a votação da introdução do segundo ponto, o mesmo foi aprovado por unanimidade, não tendo participado na discussão e votação deste ponto o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) por fazer parte dos Órgãos Sociais daquela instituição.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Conclusão do período de discussão pública – Regulamento Municipal do Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares – Para deliberação;-----

3. Proposta de Contrato-Programa a celebrar com a Associação Casa Memória de Camões para o ano de 2020 – Para deliberação;-----
 4. Proposta de Contrato-Programa a celebrar com a Associação Centro de Ciência Viva de Constância para o ano de 2020 – Para deliberação;-----
 5. Proposta de adenda aos documentos previsionais para 2020 do Município de Constância – Para deliberação;-----
 6. Concurso público para a Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Para deliberação;-----
 7. Designação de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Constância;-----
 8. Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação 2019 – Para conhecimento;---
 9. Declarações LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) reportados a 31/12/2019 – Para conhecimento;-----
 10. Barreiras Sonoras na A23 – Para conhecimento;-----
 11. Análise, discussão e eventual aprovação da Moção apresentada e votada por unanimidade na CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) para que seja realizada a recolha de estudos para a implementação de um Aeroporto Regional no atual Aeródromo e Tancos;-----
 12. Análise, discussão e eventual aprovação no Reconhecimento de Interesse Público Municipal do Projeto de alteração, Conservação e Ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Constância;-----
 13. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----
 14. Outros assuntos de interesse.-----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital e a Ordem de Trabalhos a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----
- PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente, se alguém pretendia intervir, indicando o nome, localidade e o assunto:-----
- Inscreveram-se os seguintes munícipes:-----
- Senhor José Manuel Monteiro Ferreira, de Malpique, cujo assunto dizia respeito ao consumo de água/tarifário.-----

fb *my*
Carvalho

Senhor Carlos Lopes, de Montalvo, cujo assunto dizia respeito ao Associativismo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor José Monteiro que começou por referir que no mês de Janeiro último, tinha consumido nove metros cúbicos de água e pago dezanove euros e quarenta e dois cêntimos e, neste mês de fevereiro, com os mesmos nove metros cúbicos, tinha pago vinte euros e cinquenta e seis cêntimos. Uma vez que se tinha dirigido à Câmara Municipal e não o tinham esclarecido, pretendia saber qual a justificação para esta discrepância.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Carlos Lopes, que começou por agradecer e ler o seguinte texto:-----

“Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo “AACR”.-----

O associativismo é uma alternativa de desenvolvimento local, a sustentabilidade social, cultural, humano e política de um concelho. É através das associações/coletividades cujo contributo dos seus colaboradores e associados, que na grande maioria intervêm de forma desinteressada, voluntária e gratuita, dando o seu tempo e conhecimento para a dinamização, democratização e divulgação do concelho.-----

Sabendo que a sobrevivência das associações tem como fonte de rendimento as quotas dos associados e apoios financeiros e não financeiros do município, e no caso em questão através do programa “AACR”, e tendo sido divulgado pela CDU – Boletim do Concelho de Constância 02/2020, informação transcrita de falta de igualdade, transparência e discriminação dos apoios financeiros/subsídios e participações concedidos por este município em conformidade com o nº 1 alínea u) e v) e nº 2 alínea d) do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro (RJAL), e concomitante e Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro (CPA) na disposição dos seus “Princípios Gerais” descritos no art.º 3 seguintes até art.º 13, capítulo II do mesmo diploma, solicito a V.Exª informação elucidativa do seguinte:-----

1 – Qual o critério estabelecido para a atribuição dos subsídios/participações às associações/coletividades do concelho e se estas estão em consonância com a estratégia da atuação do Município;-----

2 – Se é tido em conta na apreciação do subsídio a atribuir à modalidade/disciplina desportiva, cultural e recreativa e a competitividade a nível Regional, Distrital e Nacional;-

3 – Se existe na apreciação a dicotomia de associações/coletividades grandes e pequenas;

4 – Se houve ou há tratamento diferenciado por parte do município na oferta de taças e troféus com as associações/coletividades nos diferenciados eventos;-----

Sem outro assunto.”-----

Não havendo mais intervenções do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões

[Handwritten signatures and initials]
Caracik

apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à questão apresentada pelo Senhor José Monteiro, referindo que quando ele apresentou a questão na Câmara Municipal sobre o tarifário da água, ele próprio Presidente da Câmara Municipal tinha tentado por duas vezes falar com ele para lhe explicar a atualização do tarifário. Em ambas as vezes, o Senhor José Monteiro encontrando-se extremamente exaltado, não lhe tinha dado qualquer tipo de possibilidade de explicar o tarifário. A funcionária, ainda hoje lhe tinha tentado explicar mais uma vez o que se passava com a fatura da água e, devido à exaltação do Senhor José Monteiro, não tinha conseguido explicar-lhe nada. Referiu igualmente que o Município estava em período de adaptação ao novo tarifário ou seja, com esta atualização tarifária, todos os concelhos do país cumpriam as regras da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), entidade reguladora deste setor, as tarifas passavam de fixas para diárias. Como o leitor/cobrador tinha passado os trinta dias e feito a contagem de trinta e quatro, como a tarifa era calculada ao dia, daí a diferença dos cinquenta e cinco cêntimos que o Senhor José tinha na fatura deste mês. Na próxima fatura, a acontecer dentro dos trinta dias, iria pagar os valores normais, a explicação estava aqui. Era um processo que estava a ser afinado e tinham sido dadas ordens ao leitor/cobrador que dentro do possível, fizesse sempre as voltas/contagens da mesma maneira por forma a não haver este tipo de constrangimentos e para que fossem os trinta dias certos.-----

Em resposta ao Senhor Carlos Lopes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a questão apresentada e referiu que a única diferença que houve na atribuição dos Apoios ao Associativismo foi na requalificação do Largo da sede do Grupo Folclórico “Os Camponeses de Malpique”, porque, era a antiga Escola Primária cedida àquela instituição, que mantinha o ringue existente aberto à comunidade. Tinha sido a única situação, em todas as outras obras promovidas pelas associações o critério era o mesmo, vinte e cinco por cento sobre as despesas que apresentassem.-----

PONTO 2 - CONCLUSÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – REGULAMENTO MUNICIPAL DO FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que este Regulamento tinha sofrido uma pequena alteração “cirúrgica”. O artigo décimo, no ponto número quatro, passava a referir que por motivo de doença, os pais poderiam cancelar as

Handwritten signatures and initials in blue ink.

refeições até às nove horas e trinta minutos do próprio dia.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU), para referir que esperava que esta alteração ao Regulamento viesse acompanhada de enquadramento técnico para melhor entendimento. Também questionou se o documento tinha ido a reunião de executivo e qual tinha sido a deliberação.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que efetivamente a alteração ao Regulamento deveria vir sublinhada. Tratava-se da única alteração ao Regulamento e, em reunião do Executivo tinha sido aprovado por unanimidade.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 3 - PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CASA MEMÓRIA DE CAMÕES PARA O ANO DE 2020 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou que neste ponto e no ponto seguinte, não participaria na discussão e votação, por integrar os Órgãos Sociais das duas Associações. Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer o respetivo enquadramento.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um Contrato-Programa que a Câmara já vinha anteriormente celebrando com a Associação, através do qual a Associação dinamizava um conjunto de atividades e o município transferia uma determinada verba, no caso, dezasseis mil euros anuais.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para referir que sobre este contrato programa, a CDU votava favoravelmente, no entanto, era seu entendimento que a importância da Casa Memória de Camões para o Concelho, merecia um orçamento mais elevado tendo em conta a importância daquela instituição não só localmente como regional e até nacional. Os dezasseis mil euros previstos no Contrato – Programa já vinham de alguns anos atrás, seria tempo não só de um maior esforço do município, como uma envolvimento maior na procura de outros financiamentos. Um orçamento anual de trinta e oito mil euros, para uma instituição deste tipo era irrisório.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, sem o voto do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

PONTO QUATRO - PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA PARA O ANO DE 2020 – PARA DELIBERAÇÃO-----

Handwritten notes in blue ink: a signature and the word "Fiscal" written vertically.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que à semelhança do que tinha referido para a Casa Memória de Camões, também o Contrato - Programa para o Centro de Ciência Viva permitia dinamizar um conjunto de atividades. O município transferia para a sua gestão anual, o montante de cinquenta mil euros.-----

Não havendo questões a apresentar por parte dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade, sem o voto do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.---

PONTO CINCO - PROPOSTA DE ADENDA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2020 DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta proposta de adenda aos documentos previsionais para o ano de dois mil e vinte, se devia ao facto de o município ter algum poder de decisão, tanto na Casa Memória de Camões como no Centro de Ciência Viva. A legislação obrigava a que, os orçamentos destas duas Associações fossem parte integrante dos documentos previsionais do município. Na altura em que foram aprovados os documentos previsionais do município, os orçamentos das duas instituições ainda não estavam finalizados e o que vinha agora à Assembleia Municipal, era uma adenda para que esses documentos fizessem parte dos documentos previsionais.-----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 6 - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MÉDIO TEJO – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que a concessão para exploração de transportes públicos na nossa região já tinha expirado. Era um trabalho que vinha sendo desenvolvido há vários anos pela Comunidade Intermunicipal, com o apoio de uma empresa de consultores. O que vinha à Assembleia Municipal era o município delegar na CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) a responsabilidade de lançar o

concurso para a concessão do serviço público de transportes na nossa região. Desta forma o nosso município ganhava escala e obtinha outro tipo de vantagens, salvaguardando, que no contrato de concessão, estava explícito que a CIMT não poderia fechar a questão dos tarifários a aplicar com o concessionário, sem ouvir os municípios sobre essa matéria.---- Em resumo, o que se pretendia era delegar esta competência na CIMT, por forma a desenvolver os procedimentos para abertura do concurso para a concessão do serviço público na nossa região.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que em sua opinião, era mais um processo para dar emprego a alguém. Não era criando vinte ou mais entidades gestoras, tantas quantas as Comunidades Intermunicipais que se reduziam custos. De facto, delegávamos competências na Comunidade Intermunicipal na concessão de transportes, mas depois, pouco decidíamos sobre o regime tarifário ou sobre as carreiras existentes, porque, na cláusula décima sexta do contrato dizia *“os primeiros outorgantes delegam no segundo outorgante no que respeita ao serviço público de transportes de passageiros de âmbito municipal, a competência para a determinação e aprovação dos regimes tarifários, a vigorar no âmbito do serviço público de transportes de passageiros”*, o que significava que, deixaríamos de ter qualquer poder para dizer que não se deveriam pagar cinco euros de Constância para Abrantes, mas sim, dois ou três euros. Desta forma a bancada da CDU não poderia votar este Contrato de Delegação de Competências favoravelmente.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) para, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) sobre a cláusula décima sexta do Contrato, o que este tinha referido correspondia mas, depois no segundo ponto, também dizia *“sem prejuízo do disposto no número anterior, o segundo outorgante deverá assegurar a consulta aos primeiros, relativamente às propostas e opções tomadas”* pelo que, sem ler a segunda, ficariam claramente com a ideia que ficava tudo nas mãos de quem ia receber os tarifários, mas de facto existia uma salvaguarda, obrigando à audição sobre as propostas e opções tomadas.-----

Pediu novamente a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), questionando se, o município não estivesse de acordo com o tarifário qual era a solução.- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer as questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o primeiro outorgante eram os municípios e o segundo outorgante a Comunidade Intermunicipal. A vontade da Comunidade Intermunicipal emanava dos municípios e também do Conselho

Intermunicipal e seriam sempre os Presidentes de Câmara a decidirem. Até ao momento na CIMT, independentemente das diferenças partidárias que existiam no Conselho Intermunicipal, todas as decisões tinham sido tomadas por unanimidade e, tinha havido sempre solidariedade dos Concelhos de maior dimensão com os Concelhos mais pequenos.-----

Não havendo mais questões o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções dos Deputados Municipais da Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária; Senhor Rui Manuel Ferreira, Senhora Maria do Rosário Costa Martins, Senhor Joaquim José Moura Marques dos Santos e Senhora Ana Margarida de Oliveira Varino.-----

PONTO SETE - DESIGNAÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CONSTÂNCIA-----

Depois de uma breve introdução, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por questionar a bancada do MIC se tinha algum cidadão para apresentar.-----

A Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC) respondeu que não tinha qualquer nome para apresentar para a CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens).-----

De seguida questionou a bancada da CDU se tinha algum elemento para designar.-----

O Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, líder da bancada, informou que tinha para apresentar a Senhora Maria do Rosário Costa Martins.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a bancada do PS se tinha algum nome para apresentar.-----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Maria farinha Albino da Costa, líder da bancada, respondeu que a sua bancada apoiaria o nome apresentado pela bancada da CDU.-----

Colocado o único nome apresentado a votação secreta, o mesmo foi aprovado por maioria, com quinze votos SIM, um voto NULO e um voto em BRANCO.-----

Ficando assim designada para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Constância, a Senhora Maria do Rosário Costa Martins.-----

PONTO OITO - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2019 – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam apresentar alguma questão sobre este ponto.-----

Não havendo intervenções, os Senhores Deputados Municipais tomaram conhecimento do ponto.-----

PONTO NOVE - DECLARAÇÕES LCPA (LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS

EM ATRASO) REPORTADOS A 31/12/2019 – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conta dos compromissos plurianuais que o município tinha assumido para o presente ano dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois e seguintes. Informou que o município não tinha pagamentos em atraso. Quanto a recebimentos, existiam alguns por cobrar.-----

Não havendo intervenções, os Senhores Deputados tomaram conhecimento deste ponto.-

PONTO DEZ - BARREIRAS SONORAS NA A23 – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que no final do ano transato, tinha saído uma notícia na comunicação social referindo que as Infraestruturas de Portugal iriam colocar barreiras sonoras na A23. Ao ter conhecimento da notícia, a Câmara Municipal tinha questionado, ainda no mês de dezembro, as Infraestruturas de Portugal sobre o assunto, tendo recebido a seguinte resposta; *“durante o primeiro trimestre de dois mil e vinte, as Infraestruturas de Portugal iriam colocar barreiras sonoras na zona da Capareira”*. Como o prazo ainda não tinha terminado, o município agora com um documento escrito, iria aguardar.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro José Lopes Pereira (PS), para referir que não duvidava da boa vontade expressa pelas Infraestruturas de Portugal mas, só acreditava quando visse a obra concluída. Aproveitou para referir que havendo ou não barreiras, os aciprestes já tinham sido plantados como uma medida alternativa que iria demorar algum tempo até se tornar eficaz. Se esta alternativa tivesse acontecido há alguns anos, nesta altura o ruído seria muito menor.-----

Não havendo mais intervenções, os Senhores Deputados Municipais tomaram conhecimento deste ponto.-----

PONTO ONZE - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA MOÇÃO APRESENTADA E VOTADA POR UNANIMIDADE NA CIMT (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO) PARA QUE SEJA REALIZADA A RECOLHA DE ESTUDOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM AEROPORTO REGIONAL NO ATUAL AERÓDROMO DE TANCOS – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que



faustik

esta Moção tinha sido aprovada por unanimidade no Conselho Intermunicipal. Tinha ficado decidido que cada um dos municípios levaria esta Moção aos órgãos executivos e deliberativos, para reforçar a posição da necessidade de haver uma definição para a questão do Aeroporto de Tancos. Era uma infraestrutura que não dizia apenas respeito ao concelho de Vila Nova da Barquinha. A ser uma realidade no território, iria contribuir para a fixação de pessoas e criação de muitos postos de trabalho em toda a região. No caso em concreto do concelho de Constância, por estar colado ao concelho de Vila Nova da Barquinha e à própria Base Aérea, teria grandes vantagens. Também pelo facto do país não se poder dar ao luxo de ter uma infraestrutura com aquela envergadura sem ser rentabilizada nem utilizada. Os municípios em conjunto deveriam fazer-se ouvir junto do Governo.-----

Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) para referir que era pena, só agora a Comunidade Intermunicipal vir com um estudo para o Aeroporto de Tancos. Já há muitos anos tinham sido feitas várias propostas na Comunidade Intermunicipal, para que fossem feitos os estudos, aliás, aquando da discussão do Aeroporto na Ota, já nessa altura se tinha colocado a questão na Comunidade Intermunicipal para se fazerem estudos.-----

Em sua opinião, uma coisa era fazerem-se estudos, outra coisa, era se as pessoas ficariam satisfeitas com um Aeroporto em Tancos. Trazia mais gente para o nosso concelho, mas também muitas condicionantes em termos de construção e era bom que o município se lembrasse disso. As condicionantes de construção que já hoje tínhamos seriam agravadas, particularmente em altura, lembrando as dificuldades sentidas aquando da construção da Escola C+S e até, do Centro Escolar de Montalvo, por se tratar de um dos corredores aéreos de acesso à Base Aérea. Aliás, tinha existido um projeto de um empreendimento que na altura não tinha sido viabilizado, um hipermercado no terreno da antiga serração, na zona da Capareira – Constância, por causa do corredor aéreo.-----

Era bom que o município de Constância tivesse noção das implicações que ia ter um aeroporto aqui a funcionar ao lado.-----

Lembrou que não era verdade dizer-se que não existiam infraestruturas alternativas. O aeroporto de Beja, com capacidade para receber qualquer tipo de aviões, feito com muitos milhões pagos pelos portugueses, estava desaproveitado.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO DOZE - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO NO RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJETO DE

Handwritten initials and signature:
J
TM
Ferreira

ALTERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO LAR DE IDOSOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou os Senhores Deputados Municipais que a Santa Casa da Misericórdia de Constância pretendia ampliar o Lar São João. Para tal, pretendia ocupar um edifício devoluto e outro em ruínas, propriedades da instituição. Como o lar se inseria na zona histórica da Vila, estava sujeito ao Plano de Pormenor do Centro Histórico que determinava um conjunto de regras. O projeto apresentado pela Santa Casa da Misericórdia não cumpria essas regras e era necessário suspender o Plano de Pormenor apenas na zona de intervenção do lar. Suspendendo o Plano de Pormenor, aplicava-se o Plano Diretor Municipal. Como o PDM (Plano Diretor Municipal) ainda tinha regras mais restritas, nomeadamente em volumetria e número de pisos, era necessário também suspender o PDM (Plano Diretor Municipal) como medidas preventivas, sendo o processo o seguinte:-----

Ir a reunião de câmara, o que já tinha acontecido, sendo a proposta de suspensão do Plano de Pormenor e do PDM (Plano Diretor Municipal) aprovados por unanimidade; encaminhar para a CCDR (Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo) para emitir o respetivo parecer; voltar à reunião do executivo e depois, para a decisão final, vir a esta Assembleia Municipal, para aprovação da suspensão parcial dos dois instrumentos de gestão do território pelo período de dois anos.-----

Para além destas duas questões que já estavam a ser tratadas, outra questão se colocava, o facto de uma parte do último edifício que iria ser intervencionado se localizar em zona de leito de cheia, carecendo de parecer favorável da CCDR (Comissão de Coordenação da Região da Lisboa e Vale do Tejo) invocando-se o relevante interesse público do projeto de ampliação do Lar. Era um processo instruído diretamente pela Santa Casa da Misericórdia de Constância junto da CCDR (Comissão de Coordenação da Região da Lisboa e Vale do Tejo).-----

Para dar andamento ao processo, era necessário que a Assembleia Municipal reconhecesse o relevante interesse público municipal desta obra.-----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com uma abstenção da Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, do MIC (Movimento Independentes por Constância).-----

O Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), não participou na votação deste ponto, pelo facto de fazer parte dos órgãos sociais da Instituição.-----

PONTO TREZE - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), referindo que o documento fazia alusão a uma reunião com a Diretora Técnica do CAVI (Centro de Apoio à Vida Independente), pelo que questionava se existia algum utente sinalizado e quais eram os critérios definidos para estas sinalizações? Continuou, referindo que vinha mencionado no documento, a existência de duas novas candidaturas ao programa ABEM (Rede Solidária do Medicamento). Pretendia saber o número total de beneficiários e, se nos últimos seis meses existiu alguma saída de utentes. Questionou igualmente, se a Dignidade enviava com regularidade ao município o perfil e a média de gastos dos utentes do concelho.-----

Questionou ainda se o acompanhamento realizado pela RLIS (Rede Local de Intervenção Social), que terá terminado em Dezembro, passou a ser realizado pelas técnicas da Câmara. Da última ata depreende-se que a RLIS terminou, o que pretende saber era se a intervenção social passou a ser assumida na íntegra pelas técnicas do Município, e ainda se já teve início o SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) no concelho de Constância.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, relativamente à primeira questão, da reunião com a Diretora Técnica do CAVI, tinha sido com a Senhora Vereadora Filipa Montalvo. Quanto a utentes sinalizados, respondeu que existia uma família do concelho a ser acompanhada.-----

Relativamente ao programa ABEM de apoio na aquisição de medicamentos, no momento, existiam dezoito beneficiários ativos e oito inativos. Se a Dignidade enviava o perfil dos consumos ou das pessoas, respondeu não ter essa questão presente para poder dar já uma resposta. Quanto à questão da RLIS (Rede Local de Intervenção Social) a informação que possuía era que a RLIS (Rede Local de Intervenção Social) funcionava mas, parte das tarefas eram asseguradas pelo CERE (Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento), com o serviço de atendimento e acompanhamento social descentralizado, funcionando na freguesia de Constância à Quarta-feira, das dez horas às treze horas. Nas

H M
faced

freguesias de Montalvo e Santa Margarida, nas juntas de Freguesia à sexta-feira quinzenalmente de forma alternada, no horário das dez horas às treze horas.--

A Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins referiu não ter entendido a última explicação, porque o que entendeu da Ata não correspondia ao que agora era dito, com a introdução do CERE (Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento).-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, a informação que tinha dos Serviços de Ação Social, era que o CERE (Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento) acompanha o serviço de atendimento e acompanhamento social. Se tudo isto não fosse claro, remeteria os esclarecimentos à Senhora Deputada Municipal. Informou que quando se realizou a última Assembleia Municipal, ainda não tinham esta informação, a informação na altura era que os Serviços de Ação Social da Câmara assegurariam os trabalhos da RLIS (Rede Local de Intervenção Social), posteriormente, chegou a informação da Segurança Social, que a tarefa da RLIS (Rede Local de Intervenção Social) seria assegurada por este organismo.-----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, afirmando-se bastante confusa, colocando a seguinte questão: Terminou a RLIS, começou o SAAS, existe alguma diferença no tipo de acompanhamento realizado, antes pela RLIS e agora pelo SAAS. E ainda se são as mesmas técnicas ou se ocorreu alguma alteração. E se a nível do NLI (Núcleo Local de Intervenção) e RSI também houve alterações das técnicas e se existe alguma área de intervenção que agora seja realizada pela técnica da Câmara.-----

Em alguns concelhos ocorreram alterações de técnicos e como o Senhor Presidente da Câmara disse que o CERE passou a assegurar parte das tarefas, numa altura em que se está a reduzir técnicos e se previa que em 2021, todas estas competências seriam transferidas para as Câmaras Municipais, ficou ainda com mais dúvidas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que neste momento, não tinha condições para responder às questões que a Senhora Deputada Municipal tinha colocado, pelo que lhe faria chegar posteriormente os esclarecimentos.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal de quais os temas tratados numa reunião com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e os municípios associados da Resitejo. Se tinha a ver com os problemas existentes na Resitejo, particularmente na segurança no trabalho. Outra questão tinha a ver com uma conferência de imprensa de apresentação dos cabeças de cartaz das festas do Concelho/Festas de nossa Senhora da Boa Viagem. Em sua opinião, tudo era muito redutor para a importância das Festas, levando-o a pensar que o

próprio executivo tinha perspetivas redutoras do que eram as Festas do Concelho de Constância. Existia uma grande mudança no paradigma das festas, quando elas deveriam servir para a valorização do património cultural e dos rios. Finalizou, dizendo não se rever neste modelo de festas nem na colocação do Monumento aos Marítimos na rotunda na Estrada Nacional 3.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à primeira questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), sobre a reunião realizada com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Disse tratar-se de um trabalho feito por aquela instituição estatal, tendo em vista ajudar a Resitejo a resolver um conjunto de problemas, criados com alterações legislativas ocorridas, que iriam exigir um conjunto de investimentos no Eco-Parque do Relvão, nomeadamente na parte da Resitejo. Tinha sido uma reunião de trabalho em que a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e a CCDR (Comissão de Coordenação da Região de Lisboa a Vale do Tejo) tinham apresentado um caderno de encargos que teria que ser cumprido.-----

Relativamente à segunda questão sobre a conferência de imprensa, não tinham sido destacados apenas os cabeças de cartaz, também tinham sido destacadas as tasquinhas, a tarde de Folclore, a Prova de Atletismo e todos os elementos que faziam parte da Festas, como as ruas floridas. A conferência de Imprensa não tinha sido para apresentação dos cabeças de cartaz, mas sim fazer todo o enquadramento da Festa.-----

Quanto à questão do monumento aos marítimos, disse respeitar a opinião do Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), mas, como o executivo atual entendeu que deveria ser ali, porque era a porta de entrada da Vila, uma terra de Marítimos e, estando a nascer naquela zona um investimento privado que iria mudar a face do nosso concelho, nomeadamente um hotel, não tiveram dificuldade em escolher aquela localização.-----

Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro José Lopes Pereira (PS) para no âmbito das Festas, referir a sua candidatura às sete maravilhas da cultura popular, desejando que a candidatura seja bem-sucedida e, ainda bem que o município tinha decidido fazer a candidatura.-----

Relativamente à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), sobre a Segurança Social, tal como ela, também ele estava um pouco perdido sem saber quem fazia o quê! Questionou se a candidatura ao CLDS-4G (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) para constância tinha sido aprovada, porque, na maioria dos municípios que nos rodeavam, como Mação e Sardoal, tinham arrancado este

TU
fcreat

mês. Tendo em conta que era uma ferramenta muito importante e no próximo mês de abril acabavam os apoios, gostava de saber qual o ponto de situação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que relativamente à questão da CLDS-4G (Contratos Locais de Desenvolvimento Social), era necessário ter uma associação parceira que assegurasse a implementação do projeto no terreno. Na altura questionaram a única IPSS (Instituição Pública de Solidariedade Social) com capacidade para assegurar um projeto destes no nosso território, a Santa Casa da Misericórdia de Constância. Na altura, a Santa Casa da Misericórdia por decisão interna, que respeitava, tinha tomado a decisão de declinar o convite para integrar este projeto porque, em projetos anteriores, os pedidos de pagamento atrasavam muito e criavam atrofiamientos financeiros às instituições que por si só já tinham uma gestão financeira apertadíssima. Por essa razão, o concelho de Constância não tinha apresentado candidatura a esse programa.-----

Não havendo mais intervenções e como este ponto era para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO CATORZE - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Juntas de Freguesia se pretendiam fazer alguma intervenção. Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU) para referir que tinha ficado bastante satisfeito, porque passados dois anos e meio, o Parque Infantil inserido no Jardim Público Dr. Luís Soares, em Montalvo, um dos assuntos mais falados nesta Assembleia Municipal, tinha sido aberto ao público e as crianças da freguesia, finalmente, tinham aquilo que lhes fazia falta e aquilo que mereciam. Não deixando porém de fazer alguns reparos tais como: A zona dos bonecos de mola, chamados de cavalinhos, possuem um piso, em seu entender pouco aconselhável, para crianças de tenra idade que pudessem cair; Demasiado betão para um Parque Infantil e sem qualquer tipo de vedação que impedisse a entrada de animais, assim como, a quantidade de pedras soltas facilmente manipuláveis pelas crianças. Em jeito de conclusão sobre a sua avaliação ao Parque Infantil, disse que poderia ter ficado muito melhor e por esse facto dava um suficiente menos ao trabalho feito.-----

Na continuidade do tema anterior, referiu ter visitado o Parque Infantil Adães Bermudes, também em Montalvo, e notado algum descuido recente. Numa Assembleia Municipal anterior tinha questionado se existiam planos de manutenção, planos de inspeção a esses equipamentos, foi-lhe respondido que sim. Este Parque estava cheio de erva, até a própria areia tinha erva, denotando falta de manutenção. Já tinha sido dito nesta Assembleia

Municipal que aquele Parque Infantil iria sofrer obras de beneficiação ao nível do pavimento, esperava que essa intervenção não demorasse.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), para questionar que tinha sido referido na última Assembleia Municipal, que estaria para o início de dois mil e vinte, o arranque do Gabinete de Saúde Oral no Concelho, pelo que gostaria de saber se já tinha entrado em funcionamento e qual o ponto de situação, e, se já estavam em condições de poder agendar consultas de saúde oral. Também pretendia saber se as consultas abrangiam todas as idades ou tinha algumas limitações.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para questionar se Constância tinha apresentado algumas candidaturas ao PIAC (Plano de Intervenção das Alterações Climáticas). Disse não compreender como é que um Plano de intervenção para a mitigação das alterações climáticas, financiava toldos, construídos com combustíveis fósseis, para sombrear ruas e, os Senhores Presidentes de Câmara aprovarem as candidaturas. Outra questão, qual era o ponto de situação do antigo Talho, na Rua da Barca. Continuou, referindo ter recebido a informação solicitada nesta Assembleia Municipal sobre os Mupis de divulgação do Teatro La Féria, onde tinham ido assistir algumas pessoas do concelho, pelo que, gostaria de saber se entendiam ser uma forma legal esta permuta entre uma instituição pública e um privado. No site da Comunidade Intermunicipal, tinha visto um programa de Turismo para pessoas com mobilidade reduzida, gostaria de saber o que se estava a fazer no concelho sobre este assunto e, se a questão do Posto de Turismo estava enquadrada neste programa da Comunidade Intermunicipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), dizendo que o Parque Infantil Dr. Luís Soares, não tinha estado dois anos e meio para ser reparado mas sim, seis anos, porque desde dois mil e catorze que era do conhecimento do município que o Parque Infantil não estava em condições e precisava de ser requalificado. Quanto à zona dos bonecos de mola ou cavalinhos, a legislação para os Parques Infantis não obrigava a que esse tipo de equipamentos tivessem o pavimento emborrachado, como estava cumpria as regras. Relativamente às outras considerações disse não fazer comentários, ficavam com quem as tinha proferido e nenhuma delas afetava o atual executivo. O que ficava para a história, era a requalificação e reabertura do Parque com um investimento de cinquenta mil euros, e, no dia em que reabriu estava pago. Referiu igualmente que a rede de Parques

Infantis no concelho tinha sido feita ao longo de vinte anos e, quase todos, nos mandatos do Presidente António Mendes. Quem estava na política tinha o dever de falar verdade às pessoas e não poderia prometer a requalificação de todos os Parques Infantis porque o município não tinha dinheiro para o fazer, o que tinham definido era, atribuir prioridades e o de Montalvo, tinha sido considerado como o mais urgente. Relembrou uma Ata da Assembleia Municipal de dezoito de dezembro de dois mil e quinze, em que o Presidente da Assembleia Municipal, Senhor António Manuel dos Santos Mendes tinha feito uma intervenção que passou a citar **“não deixo contudo de apontar o seguinte, existem equipamentos a necessitarem de conservação urgente, existem equipamentos que poderão pôr em causa a segurança dos seus utentes, nomeadamente Parques Infantis”**. Já nessa altura o Presidente da Assembleia Municipal António Manuel dos Santos Mendes tinha alertado para a situação dos Parques Infantis.-----

Relativamente à questão que a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU) tinha colocado sobre o Gabinete de Saúde Oral, o processo estava adjudicado pela Câmara Municipal e aguardavam que o Agrupamento de Centros de Saúde informasse que a sala estava preparada para a empresa avançar com a montagem do respetivo equipamento.-----

Quanto às questões que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) tinha colocado, começando pelo PIAC (Plano de Intervenção das Alterações Climáticas) mais concretamente na questão dos sombreamentos, entendeu que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira se estaria a referir à cidade de Abrantes, mas, esta autarquia não tinha apresentado nenhuma candidatura. Constância tinha apresentado duas candidaturas, uma vinha do mandato anterior e já estava em concretização em alguns municípios à nossa volta, que eram os carregadores para carros elétricos. Já neste mandato, tinha sido apresentada uma outra ao Fundo Ambiental, para a substituição de duas viaturas antigas do município por duas viaturas elétricas, com uma comparticipação do Fundo Ambiental a cinquenta ou sessenta por cento. Quanto à questão do antigo talho, o processo de licenciamento de obras estava aprovado, o empreiteiro já tinha começado as obras de acordo com o projeto, nomeadamente a construção das casas de banho e alguns arranjos interiores. Disse que o arrendatário até ao momento não tinha faltado com nenhum pagamento da renda. Quanto ao Teatro La Féria, disse não lhe custar nada em admitir que o processo não tinha sido devidamente conduzido, deveria ter sido conduzido de outra forma. Disse não se sentir diminuído por reconhecer os seus erros. Relativamente à última questão que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira tinha colocado,

sobre o projeto do Turismo Inclusivo da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), não tinha presente, pelo que lhe faria chegar essa informação.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, para rebater algumas considerações que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe tinha dado em resposta. Começando por referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se agarrava em demasia à legislação pelo que, iria fazer a pergunta de outra forma. Considerava o Senhor Presidente da Câmara Municipal seguro uma criança estar em cima daqueles bonequinhos? E se caísse, estariam reunidas as condições de segurança para que a criança não se magoasse? Outro ponto dizia respeito ao facto de Santa Margarida da Coutada não ter um Parque Infantil. Disse ter sido ele numa destas sessões, que tinha alertado que Santa Margarida da Coutada era a única freguesia que não tinha um parque público. Se existia uma placa identificativa do Parque, deveria ser retirada porque o Parque já não existia. Se tinha sido o executivo anterior a desmantelá-lo, cabia ao atual executivo retirar a placa para não existirem confusões.-----

Em resposta às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que qualquer criança se poderia desequilibrar, cair do aparelho e partir a cabeça mas, até no seu deslocamento para casa poderia tropeçar numa pedra e acontecer-lhe o mesmo ou pior. Se fossem a olhar a essas questões, a esses pormenores, provavelmente os meninos não poderiam sair de casa.-----

Quanto à questão da placa do Parque Infantil de Santa Margarida, disse ter tomado nota e iriam proceder assim que fosse possível à retirada da mesma.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para responder ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a referência que tinha feito ao ex-Autarca António Mendes, dizendo que na bancada da CDU sempre foram livres e sempre assumiram os seus pontos de vista e as suas posições.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida de Oliveira Varino (CDU) para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação da Estrada Militar. Tinha sido aberta ontem ao trânsito e, questionava se iriam colocar alguma rede ou algo semelhante nas rochas laterais que evitassem a queda de pedras para a via. O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Brigada Mecanizada e a Engenharia, entidades que tinham conduzido a obra e responsáveis pela mesma, lhe tinham dito que, para já ficaria assim.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária que fizesse a leitura da Minuta da Ata.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos.-----

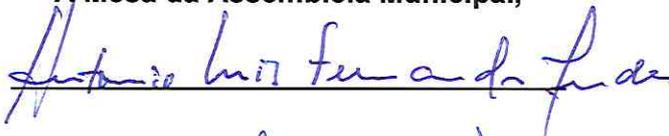
-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e doze minutos.-----

A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,



MARIA TERESA BRAS DE ALMEIDA

Filipe Anacleto